



**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADMISSÃO DE PESSOAL MÉDICO,
NA ÁREA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL HOSPITALAR,
ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL
DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE AMADORA/SINTRA, E.P.E.**

Ata nº 1

Aos 12 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas 12 horas, reuniu-se presencialmente na sala de reuniões do Serviço de Cirurgia Geral, o júri designado para o procedimento concursal para admissão de pessoal médico, na carreira de Assistente da carreira médica, na área de exercício profissional hospitalar para o preenchimento de quatro vagas, da especialidade de Cirurgia Geral, da Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E. (ULS Amadora/Sintra), conforme Decreto-Lei n.º 41/2024 de 21 de junho, na sua redação atual, Despacho n.º 5941/2026 de 11 de maio e vagas atribuídas pelo Despacho n.º 5965/2026 de 11 de maio (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 90), composto pelos elementos que seguidamente se identificam:

Presidente: Paulo António Soares Mira, Assistente Graduado Sénior de Cirurgia Geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, Unidade Local de Saúde de Amadora Sintra, EPE;

1ª Vogal efetivo: Clara Alexandra Oliveira Rocha, Assistente Graduada de Cirurgia Geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, Unidade Local de Saúde de Amadora Sintra, EPE;

2ª Vogal efetivo: José Leonardo Alcarve Mundel Calado, Assistente Graduado de Cirurgia Geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, Unidade Local de Saúde de Amadora Sintra, EPE;

1º Vogal suplente: Luís António Bento Palma Féria, Assistente Graduado Sénior de Cirurgia Geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, Unidade Local de Saúde de Amadora Sintra, EPE;

2º Vogal suplente: Ricardo Proença Almeida Oliveira Rocha, Assistente Graduado de Cirurgia Geral do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, Unidade Local de Saúde de Amadora Sintra, EPE;



Ordem de trabalhos:

Ponto nº 1 – Definição dos critérios e ponderações a utilizar na avaliação dos métodos de seleção.

Ponto nº 2 - Definição de critérios de desempate em caso de igualdade de classificação final.

Ponto nº 1

O Júri deliberou proceder à definição dos critérios de avaliação dos fatores de avaliação curricular, conforme n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41/2024 de 21 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 109/2024 de 19 de dezembro, observando os termos da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, na sua redação atual.

De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 41/2024 de 21 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 109/2024, de 19 de dezembro, *“Os métodos de seleção, incluindo as condições específicas da sua realização e respetiva valoração são fixados pelo correspondente júri e constam do aviso de abertura do procedimento concursal, a publicar na página eletrónica da respetiva entidade, devendo ainda, no caso dos estabelecimentos de saúde integrados no SNS, ser publicada na página eletrónica da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.”*, pelo que, após a leitura da legislação em vigor, nomeadamente a respeitante à tramitação de concursos, prevista na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, na sua redação atual, o Júri deliberou, por unanimidade, dar cumprimento aos métodos de seleção que a seguir se transcrevem.

Avaliação e discussão curricular: (artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, na sua redação atual), adiante designada Portaria.

Tendo em consideração a legislação supra referenciada, foi aprovada por unanimidade a grelha de critérios de avaliação que consta do anexo à presente ata e que dela faz parte integrante (Anexo I - Critérios de classificação para a avaliação e discussão curricular).

Na avaliação curricular são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, bem como os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.



Conforme o n.º 3 do artigo 20.º da Portaria, dos elementos de maior relevância, são obrigatoriamente considerados os seguintes:

- a) Exercício de funções no âmbito da área de exercício profissional respetiva, tendo em conta a competência técnico profissional, o tempo de exercício das mesmas e participação em equipas de urgência e de apoio e enquadramento especializado à prática clínica, com especial enfoque para as atividades relevantes para a saúde pública e cuidados de saúde primários, e a avaliação de desempenho obtida;
- b) Atividades de formação nos internatos médicos e outras ações de formação e educação médica frequentadas e ministradas;
- c) Trabalhos publicados, em especial se publicados em revistas com revisão por pares, e trabalhos apresentados publicamente, sob a forma oral ou poster, e atividades de investigação na área da sua especialidade, de acordo com o seu interesse científico e nível de divulgação, tendo em conta o seu valor relativo;
- d) Classificação obtida na avaliação final do internato médico da respetiva área de formação específica;
- g) Atividades docentes ou de investigação relacionadas com a respetiva área profissional;
- h) Outros fatores de valorização profissional, nomeadamente títulos académicos.

Conforme o n.º 4 do artigo 20.º da Portaria, os resultados da avaliação curricular são classificados na escala de 0 a 20 valores, com a seguinte distribuição pelos fatores estabelecidos no parágrafo anterior:

- Alínea a) - de 0 a 9 valores;
- Alínea b) - de 0 a 2 valores;
- Alínea c) - de 0 a 3 valores;
- Alínea d) - de 0 a 4 valores;
- Alínea g) - de 0 a 1 valores;
- Alínea h) - de 0 a 1 valores.

Delibera o Júri que a pontuação curricular seja de 0 a 20 valores, por ordem decrescente, dando cumprimento ao n.º 4 do artigo 20.º da Portaria.

Mais delibera o Júri que todos os cálculos de notas sejam realizados com duas casas decimais.



Ponto n.º 2 - Definição de critérios de desempate em caso de igualdade de classificação final.

Dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 23.º da Portaria, em caso de igualdade de classificação final, delibera o Júri considerar os seguintes critérios de desempate, a aplicar pela ordem indicada:

- a) Em função da classificação obtida na avaliação final do internato médico da área profissional a que respeita o procedimento concursal;
- b) Maior duração do vínculo à Administração Pública em sentido amplo, ainda que já cessado, na área de exercício profissional a que respeita o procedimento concursal.

Dando cumprimento ao artigo n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 41/2024 de 21 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 109/2024 de 19 de dezembro, *“Em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final, os candidatos que tenham concluído o internato médico no estabelecimento de saúde, responsável pela abertura do procedimento concursal.”*, no caso concreto, leia-se, candidatos/as que tenham concluído o internato médico na Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra E.P.E. .

Na eventualidade de médicos/as que, sendo titulares do grau de especialista devidamente reconhecida pela Ordem dos Médicos em Portugal, não realizaram o internato médico em Portugal, facto pelo qual não dispõem de uma nota quantitativa final, será considerada como nota final de internato médico, a nota mais baixa da classificação final no internato médico dos/as candidatos/as ao presente procedimento concursal que o realizaram e concluíram em Portugal.

O Júri deliberou, ainda, que a comunicação com os/as candidatos/as será efetuada por **via eletrónica**, sendo enviado e-mail com **comprovativo de entrega** quando os/as mesmos/as enviem e-mail com aviso de entrega/leitura.

As atas e listas de ordenação final, tendo em conta que as assinaturas refletem dados pessoais protegidos, serão publicadas sem assinatura, encontrando-se o documento original, devidamente assinado e arquivado na pasta do procedimento concursal.

Estando integralmente cumprida a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a deliberar, deu o Júri por concluída a presente reunião, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos/as os/as presentes.



Amadora, 12 de maio de 2026

O Júri,

Presidente, Paulo António Soares Mira

1ª Vogal efetivo: Clara Alexandra Oliveira Rocha

2º Vogal efetivo: José Leonardo Alcarve Mundel Calado

1º Vogal suplente: Luís António Bento Palma Féria

2º Vogal suplente: Ricardo Proença Almeida Oliveira Rocha

